

Apresentação: Dossiê Construindo a Liberdade: A problemática do pós-abolição no Paraná

Daniele Weigert¹

Noemi Santos da Silva²

O presente Dossiê é resultado da estruturação do GT Emancipações & Pós-Abolição, seção Paraná. Em 2019, motivados pela expansão do campo em âmbito nacional, unimos esforços com o intuito de promover maiores conexões e diálogos entre os pesquisadores/as que trabalham a questão negra no estado. No decorrer dos anos o grupo vem crescendo em adesão e expandindo suas atividades, envolvendo projetos de divulgação de produção científica e fontes primárias, além da organização e participação em eventos. O Dossiê “Construindo a Liberdade: a problemática do Pós-Abolição no Paraná”, é portanto, um passo importante para as finalidades do grupo no âmbito do diálogo historiográfico, a partir de pesquisas recentes que se tem produzido sobre a questão.

A experiência negra na escravidão é um tema clássico na historiografia brasileira. Desde o século XIX historiadores dedicados à escrita da história nacional preocuparam-se com as questões que nortearam a estruturação da sociedade e economia brasileira, tomando a escravidão e as divisões raciais como aspectos primordiais à investigação histórica. Dos teóricos do racismo científico ao culturalismo de Gilberto Freyre, dos marxistas estruturalistas à história social “vista de baixo”, múltiplos caminhos interpretativos foram percorridos para se explicar a experiência negra no regime de escravidão. A partir da década de 1980, o tema do pós-emancipação ganhou corpo em pesquisas internacionais focadas na liberdade negra atlântica nas antigas sociedades escravistas. Estudos como os de Eric Foner (1982), Rebecca Scott (1985), Thomas Holt (1992) entre outros autores contribuíram com abordagens inovadoras, preocupadas em reconstituir os caminhos de liberdade das gerações ex-escravas, em face das conjunturas adversas que dificultavam a sobrevivência e ascensão socioeconômica das populações negras.

No plano nacional, estudos clássicos como os de Florestan Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes* (1965) inseriram em suas agendas de pesquisas o tema da liberdade negra após a

¹ Possui graduação em História pelo Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (2007), mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (2010) e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2020). Atualmente desenvolve projeto de pesquisa de pós-doutorado na Universidade de São Paulo com auxílio do CNPq, participa do grupo de pesquisa Escravidão, Gênero e Maternidade e colabora com o GT Emancipações & Pós-Abolição, Seção Paraná.

² Possui graduação e mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente conclui doutorado em História Social pela Universidade Estadual de Campinas e é professora substituta do Instituto Federal do Paraná, campus Paranaguá. Membro da Rede de Historiadorxs Negrxs e coordenadora do GT Emancipações & Pós-Abolição seção Paraná, juntamente com o prof. Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva.

escravidão. Mas foi, sobretudo a partir da década de 1990 que os estudos em torno do assunto ganharam impulso, crescendo em número, objetos e diversidade teórico-metodológica. Como marcos da consolidação do pós-abolição como campo de pesquisa podemos citar o artigo de autoria de Hebe Mattos e Ana Lugão Rios: *O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas* (2004), bem como a coletânea: *Quase-cidadão: histórias e antropologias do pós-emancipação no Brasil* (2007), organizada por Flávio Gomes e Maria Olívia da Cunha. O primeiro Seminário Internacional Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico realizado em 2012, e que derivou o Dossiê Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico (2015) também constituíram episódios importantes para a reafirmação da necessidade de agregar as pesquisas e historiadores em vista de se promover avanços teóricos na temática. De modo que é possível afirmar o caráter relativamente recente do campo de pesquisa, principalmente quando comparado ao lugar tradicional dos estudos sobre a escravidão. O surgimento do GT nacional Emancipações & Pós-Abolição, no âmbito da ANPUH em 2013 inspirou a articulação de setoriais em todo território nacional, em vista de contemplar a diversidade de pesquisas sobre as experiências de liberdade negra. Além de atender uma demanda suscitada em estudos que pensaram o assunto teoricamente, de atentar aos contornos regionais da construção da liberdade, que englobam os impactos do regime escravista nas estruturas socioeconômicas, quadros demográficos, intensidade da imigração dentro outros fatores.

Nesse sentido, o Paraná apresenta um cenário ainda incipiente de pesquisas com a problemática. Assim como é possível afirmar o caráter esparso dos trabalhos dedicados a compreender a escravidão negra em sua complexidade. Podemos considerar que, com exceção das teses e dissertações recentemente defendidas e que ainda encontram-se em processo de difusão, temos como últimos trabalhos de impacto obras da década de 1980 e 1990. Podemos citar o caso de *Imprensa Periódica e escravidão no Paraná* (1981), de autoria de Marcia Graf, o trabalho de Eduardo Spiller Pena, *O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial* (1999), entre outros, como trabalhos que ainda referenciam investigações mais recentes. A falta de maior diálogo historiográfico no âmbito local dificulta os avanços teóricos, além de refletir em impactos nos estudos sobre pós-abolição, onde a escassez de estudos é ainda mais evidente. Em mapeamento recente realizado pelo GT Emancipações & Pós-Abolição do Paraná constatamos que a periodicidade das pesquisas de recorte regional dedicadas às investigações históricas e temáticas afro-brasileiras, ainda pendem para o período da escravidão. Por outro lado, se contemplada a interdisciplinariedade dos estudos, verifica-se que a experiência da liberdade negra está mais presente nos campos da sociologia, antropologia, educação, direito e geografia, do que propriamente na pesquisa histórica.

Ainda que em menor contingente, tais pesquisas já realizadas trazem problemáticas instigantes à investigação histórica no Paraná, ao desconstruir mitos e muros historiográficos que um dia vigoraram na

produção acadêmica. Como a ideia ainda hoje corrente de que os estudos sobre pós-emancipação seriam inviabilizados pela ausência de fontes primárias. Os estudos recentes têm evidenciado que o potencial de pesquisa pode ser mensurado pela diversidade documental dos arquivos e acervos paranaenses. Pesquisadores têm se defrontado com uma rica documentação, mantida não só no âmbito das grandes instituições do Estado, mas também em arquivos locais, em cartórios, juizados, prefeituras e igrejas, além dos acervos familiares pouco explorados. Tudo se liga também a uma questão de método já que por muitas vezes é necessário confrontar dados entre documentos de natureza distinta para se alcançar os fragmentos úteis à investigação.

A descoberta de acervos, assim como novas leituras de documentações conhecidas, revelam experiências individuais, familiares e comunitárias que passaram ao largo das narrativas hegemônicas da memória paranaense. No Paraná, estado com o maior contingente de negros da região sul do Brasil, isso significa conferir visibilidade a uma população silenciada, revelando suas lutas contínuas rumo a efetivação da liberdade e a acesso pleno à cidadania. O estudo das trajetórias individuais e coletivas, portanto, demonstra a diversidade histórico-cultural do Paraná, contrastando com a identidade branca que o estado forjou para si.

Assim, mesmo presenciando avanços significativos, o campo historiográfico do pós-abolição no Paraná carece de maior difusão das densas pesquisas já realizadas, de maior diálogo dos estudos entre si, bem como o acesso integrado aos acervos espalhados pelo estado. Esses são passos importantes para dimensionar os contornos regionais do tornar-se livre. Estas são as intenções do GT Emancipações & Pós-Abolição, seção Paraná.

Nesta direção, o Dossiê “Construindo a Liberdade: a problemática do Pós-Abolição no Paraná” reuniu trabalhos de pesquisadores engajados com o campo, em quatro artigos que abordam uma variedade de assuntos.

No trabalho intitulado “*A notícia da abolição da escravidão no Paraná*”, Matheus Bastos se debruça sobre a carta de José Cesário de Miranda Ribeiro, presidente da Província do Paraná, que noticiou a promulgação da Lei Áurea às Câmaras Municipais. O autor articula sua análise com legislações anteriores a abolição, tais como as leis que visavam o fim gradual da escravidão e a lei de Locação de Serviços (Decreto n. 2827 de 15 de março de 1879), além de compulsar dados sobre profissões e ofícios desempenhados pela população, contidos no Recenseamento Geral de 1872.

No artigo “*Memória, esquecimento e cidadania*”, Nathaly de Moraes Dias oferece uma análise instigante sobre a escultura *Água pro Morro* de Erbo Stenzel, atualmente exposta na Praça Borges de Macedo em Curitiba. A autora destaca o processo de incorporação do monumento à cidade, sem que a mulher representada e a própria obra fosse devidamente contextualizada, ao contrário, o monumento foi

renomeado e descrito de forma pejorativa. Ademais, salienta o processo de ressignificação da obra realizado pela artista Eliana Brasil.

O artigo de Celso Fernando Claro de Oliveira e Ana Crhistina Vanali Vanali, intitulado “*Os Ferreira dos Santos*”, estuda a trajetória de duas gerações da família encabeçada por Claro e Lucilia, proprietários da Pensão Ferreira, estabelecimento que oferecia serviços de hospedagem nas primeiras décadas do século XX em Curitiba. Utilizando-se de uma variedade de fontes, incluindo documentação familiar e entrevista com a neta do casal, a autora e o autor destacam a trajetória dessa família negra que alcançou projeção pela atuação profissional e pelas redes de contato articuladas.

Por fim, apesar de ser o primeiro artigo do dossiê, no trabalho intitulado “*Representações do negro na imprensa curitibana (1889 a 1918)*”, Pamela Beltramin Fabris analisa jornais como o *Diário da Tarde* e *Commercio do Paraná*. Fabris identifica consonância nas representações dos negros nos jornais curitibanos com os debates nacionais. A autora destaca que as representações no advento da República foram marcadas pelas teorias raciais, que preconizavam a inferioridade, mas modificaram-se no início da Primeira Guerra Mundial, momento em que se buscava construir uma identidade nacional que incluía os negros, enquanto elementos étnicos formadores da nacionalidade, destoando do discurso anterior e posterior.

Referências

- ABREU, M.; DANTAS, C.; MATTOS, H. et al. (orgs) *Histórias do pós abolição no mundo atlântico*. Vol 1: identidades e projetos políticos. Editora da UFF. Niterói, 2013.
- _____. *Histórias do pós abolição no mundo atlântico*. Vol 2: identidades e projetos políticos. Editora da UFF. Niterói, 2013.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes. o legado da raça branca*. São Paulo: Dominus: Ed. Univ. S. Paulo, 1965.
- FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. (Trad. Luiz Paulo Rouanet). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. 2 ed, Curitiba: Scientia ET Labor, 1988.
- GOMES, Flávio dos S; CUNHA, Olívia M. G. (orgs). *Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- GRAF, Márcia. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1981.

HOLT, Thomas. *The Problem of Freedom: Race, Labor, and Politics in Jamaica and Britain, 1832–1938*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992.

PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

RIOS, Ana M.; MATTOS, Hebe M. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. *Topoi*, v. 5, n.8, jan-jun, 2004.

SCOTT, Rebecca. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre (1860-1899)*. Rio de Janeiro/ Campinas: Paz e Terra/ Editora da Unicamp, 1989.

Recebido em 17/02/23 aceito para publicação em 17/02/23.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional

Revista Vernáculo n.º 51 – primeiro semestre/2023

ISSN 2317-4021